

O REVISIONISMO “LATINO” DE GEORGES SOREL ENTRE 1897 E 1908

LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI*

A filosofia da práxis tornou-se um momento da cultura moderna, uma atmosfera difusa, que modificou os velhos modos de pensar por ações e reações não aparentes e não imediatas. O estudo de Sorel é especialmente interessante desse ponto de vista, porque através de Sorel e de seu destino podem-se encontrar muitos indícios a esse propósito (GRAMSCI, Q16, §9, p.1856, C; Q4, §3, p.422, A).

Uma das particularidades principais do revisionismo soreliano se encontraria no fato de se colocar na corrente contrária das “revisões” empreendidas pela socialdemocracia alemã, fosse com relação à adequação dos princípios teóricos do marxismo para fazê-los condizer com a então já consagrada prática eleitoral e de atuação parlamentar do Partido Social Democrata (Bernstein), fosse com relação à influência positivista e cientificista que inspiraria a considerar o socialismo como uma marcha histórica “necessária” em termos de desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista (Kautsky).¹ Em Sorel é tanto a aversão à política representativa quanto o anticientificismo, suposta condição do antipositivismo, que se colocam como crítica às posturas acima. O pensador francês recusa o que considera ser a cientificidade reivindicada por Marx e Engels e eleva a primeiro plano o voluntarismo e o espontaneísmo da ação política como atitudes revolucionárias por excelência (SOREL, 1992). Daí a eleição do “mito” da greve geral como horizonte revolucionário e a aposta no movimento espontâneo das massas trabalhadoras, motivada não por uma vanguarda que tivesse analisado “cientificamente” as condições objetivas e subjetivas para a sublevação, mas pela paixão nutrida pela imagem messiânica do mito. Embalado pela causa anticientificista, Sorel propunha a crítica do marxismo não com o intuito de negá-lo como teoria social, mas para empreender uma “decomposição”, depurá-lo de aspectos supostamente positivistas, reencontrar nele o que considerava serem suas bases

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP).

¹ Cf. Fetscher (1982) e também Gustafsson (1975), entre outros.

metafísicas (morais) e finalmente reagrupar e reestruturar os elementos do sistema marxiano que pudessem servir à causa do socialismo (SOREL, 1982). Gramsci, num movimento de superação da crítica revisionista, utilizar-se-á também do método soreliano, mas para sua própria empresa de “recomposição” da teoria marxista como uma filosofia da práxis.

Entre os anos de 1895 e 1897, período em que editou a revista francesa *Le Devenir Social*, Sorel considerava-se adepto e divulgador do marxismo em seu país. Acreditava o pensador francês que a obra de Marx fosse composta por partes essenciais e partes não essenciais, ou “casuais” (*accidentale*). Entre as últimas estaria tudo o que o pensador alemão escrevera sobre a revolução propriamente dita, e tais partes não teriam valor, segundo Sorel, perante o restante da obra. Sustentava ainda que, certo de se encontrar às vésperas da revolução, Marx não estaria preocupado em saber por que mecanismo exato esta se daria, nem como seria a futura sociedade socialista após sua morte. Bastariam a ele as constatações empíricas feitas sobre o andamento dos fenômenos econômicos de sua época (SOREL, 1975, p.97). Apontava Sorel, porém, que justamente a superestimação daquelas partes “casuais” da obra de Marx teria sido responsável pelo surgimento das certezas da socialdemocracia de que o mundo caminhava em direção a uma revolução inevitável. Essa a origem, segundo o autor francês, do determinismo ou “fatalismo” presente nos socialdemocratas da época. Afirmava ainda que Marx não consideraria jamais como lei imutável o que não era senão um conjunto de “relações empíricas” (Idem, p.101).

Como se depreende do exposto acima, o marxismo heterodoxo de Georges Sorel já o predispunha ao caminho revisionista que viria em breve a adotar. Após a extinção de *Le Devenir*, Sorel já se assumia como pensador independente e começara a empreender esforços no aprimoramento da fundamentação teórica do sindicalismo revolucionário. A estratégia política do sindicalismo revolucionário tinha uma postura de inspiração nitidamente anarquista com relação ao Estado, à organização dos trabalhadores e à forma de luta social. Quanto ao primeiro, pregava a abolição imediata da organização estatal. A revolução não consistiria na tomada do Estado pelo proletariado, nem na criação de uma ditadura do proletariado, mas na eliminação completa de toda estrutura estatal (WALDENBERG, 1982, p.248). Caso contrário, os

trabalhadores não estariam fazendo senão uma “troca de amos”, um grupo privilegiado por outro grupo privilegiado. Quanto à organização dos trabalhadores, o sindicalismo revolucionário defendia exclusivamente a estrutura sindical como típica do proletariado. A organização em partido político bem como a participação no sistema parlamentar eram consideradas um desvio estratégico. Enquanto os sindicatos eram produto da organização operária oriunda das fábricas, os partidos eram frutos de intelectuais que se arrogavam o comando dos trabalhadores. Os partidos seriam desnecessários, ademais, pelo fato dos operários não almejarem o poder político, mas sua destruição. Além disso, a consciência revolucionária se formaria a partir da luta direta das massas e não da prática parlamentar. Por fim, no que se referia à forma da luta social, a revolução seria realizada por meio da greve geral. A greve geral seria o formato típico da prática revolucionária dos sindicatos. Seria ao mesmo tempo o modo de educar as massas operárias no espírito revolucionário e a derradeira forma da revolução (Idem, p. 249).

A greve geral é o mais importante tema das *Reflexões sobre a violência*, obra mais conhecida de George Sorel, publicada em 1908 na França. Por meio da greve geral Sorel esperava que fosse construída a “nova moral dos produtores”. Seria a escola da nova ética dos criadores da futura sociedade socialista. Em Sorel haveria a ideia de um valor moral a ser resgatado através da prática sindical. Tal restauração moral dever-se-ia realizar por meio do progresso da sociedade em direção a uma forma organizativa mais alta, em que “o novo protagonista da história, o proletariado, deverá realizar, contra o egoísmo da sociedade burguesa-industrial, a ética do socialismo” (SOREL, 1975, p.17).

Sorel considerava que a revolução ocorreria, antes de tudo, na consciência. Isso explica porque rejeitava a cientificidade econômico-material do marxismo. Mostrava-se convicto da não validade das teorias centrais da doutrina de Marx: a teoria do valor, da pauperização, da concentração das riquezas e da produção. A teoria de Marx seria, assim, apenas um método de aproximação da realidade (SOREL, 1975, p.19).² De fato,

² Aqui Sorel deixa clara a inspiração em seu amigo Croce, notadamente na obra *Materialismo Histórico e Economia Marxista*, publicada pelo filósofo napolitano em 1899: “Se o materialismo histórico deve exprimir algo que seja criticamente aceitável, tal não deve ser [...] nem uma construção *a priori* de filosofia da história, nem um novo método do pensamento histórico, mas, simplesmente, um *cânone* de interpretação histórica” (CROCE, 1948, p.88). Croce exercia grande influência sobre o pensamento de Sorel. Mantinham uma amizade que fora sempre muito estreita. Os escritos de Croce seriam, para Sorel, uma das principais fontes para a formulação de suas concepções acerca das questões históricas, filosóficas, políticas e literárias de seu tempo (FURIOZZI, 1975, p.56).

Sorel não era adepto do método dialético preconizado por Marx a partir de Hegel. Para ele, “o processo de evolução do mundo humano [...] não era determinado nem por um processo dialético, nem por uma evolução natural e necessária, mas por uma passagem violenta de uma fase histórica a outra” (SOREL, 1975, p.22).

A última etapa do desenvolvimento do marxismo de Sorel seria sua visão do marxismo como mito. O mito, para Sorel, corresponderia às “convicções de um grupo” e seria diferente da utopia por ser uma produção coletiva e não a teorização de poucos intelectuais. E sua preservação enquanto tal, enquanto simbologia coletiva, estaria garantida apenas pela ação espontânea das massas, devendo essas evitar sua subordinação a qualquer tentativa de direção por uma minoria. “O mito, por conseguinte, é ao mesmo tempo ‘sistema de imagens’ e massas que ‘se apaixonam’” (DE PAOLA, 1984, p.80).

Para Sorel, a violência ocorrida com o surgimento do cristianismo, da Reforma Protestante e da Revolução Francesa teria formado momentos históricos equivalentes, porque funcionaria como “mito”, isto é, como conjunto de imagens percebidas instantaneamente, intuições, capazes de evocar com a força do instinto o sentimento de luta (SOREL, 1975, p.23). Sorel parecia divisar, na violência proletária, uma espécie de ação resgatadora da condição moral de uns e outros, burgueses e proletários. Paradoxalmente a uma visão da história que se orientasse pelo pressuposto da luta de classes, sustentava que a violência proletária fortaleceria a burguesia decadente, incitando-a a assumir seu papel histórico por excelência, que outro não seria senão revidar à violência proletária com a força e a voragem capitalistas dignas das burguesias mais avançadas do mundo. O socialismo de conciliação, ou o socialismo parlamentar, entorpeceria os sentimentos revolucionários do proletariado e acomodaria a burguesia num estágio histórico indigno de seu nome:

Tudo pode ser salvo se, pela violência, ele (o proletariado) conseguir consolidar de novo a divisão em classes e devolver à burguesia um pouco de sua energia. [...] A violência proletária, exercida como uma manifestação pura e simples do sentimento de luta de classes, aparece assim como algo belo e histórico (SOREL, 1992, p. 110).

O pensador francês concebia a violência como maneira de manter viva a cisão entre as classes, bem como meio de empreender constantemente a reforma moral do proletariado. Nesse sentido aparecia em Sorel a ideia de um estado permanente de guerra contra a classe burguesa: “Manter a ideia de guerra, hoje que tantos esforços se fazem para opor ao socialismo a paz social, parece mais necessário que nunca” (SOREL, 1978, p.15). Contra os argumentos que advogariam a paz social e a conciliação entre as classes, afirmava Sorel que haveria uma diferença nítida entre a guerra entre Estados e a guerra social. Na primeira, seria buscado o poder baseado num ideal de equilíbrio, e a paz poderia ser alcançada por meio de concessões mútuas. Já no caso da guerra social, o proletariado não procuraria concessões, mas a ruína completa de seus adversários (Idem). A luta de classes, para Sorel, seria o “aspecto ideológico de uma guerra social empreendida pelo proletariado contra todos os chefes de indústria [...]”; o sindicato é o instrumento da guerra social” (Idem, p.18). A luta de classes assim definida seria, segundo o pensador francês, o que o marxismo possuiria de verdadeiro e superior a todas as fórmulas sociais (Idem). Da ideia da luta de classes quase como uma disposição de espírito do proletariado, o papel da violência como promotora da cisão social apareceria como sustentador da noção da divisão dicotômica da sociedade nas mentes dos militantes. As greves e a propaganda do proletariado perseguiriam tal resultado (ROTH, 1980, p.52).

Percebe-se que a luta de classes tem, para Sorel, um aspecto sobretudo ideológico, um estado de espírito do proletariado. Isso não seria acaso. Sorel consideraria o conceito de classe não como um dado objetivo, passível de ser observado cientificamente, mas como uma gradual conquista da consciência de classe, conquista que surge aqui como um elemento humano e moral (SALVATECCI, 1980, p.78). A luta de classes seria um fato real, mas só observável na manifestação de suas respectivas elites, isto é, suas minorias conscientes. A minoria consciente da burguesia reduziria as relações sociais aos aspectos econômicos. A minoria consciente proletária consideraria os valores humanos e morais daquelas relações. A história seria movida, assim, pelo choque entre as elites proletárias e burguesas, e não pelo confronto dialético de forças que Sorel consideraria cegas e deterministas (Idem, p. 85). Para Sorel, portanto, a perspectiva dialética continuaria sendo uma perspectiva determinista.

Sorel aborda, de uma forma supostamente racional, as condições da ação irracional. Irracional não apenas porque sem um plano concebido de forma metódica e supostamente científica. O autor francês assume a existência de uma instância inconsciente da ação humana que teria força de determinação histórica, e a reconhece como potência principal do processo revolucionário. É assim que ele pretende se colocar em uma posição oposta à de Kautsky, por exemplo. Neste, a razão recomendava aguardar as condições objetivas para o irrompimento da revolução, o que redundaria numa tática reformista. Em Sorel, as condições para a revolução não são objetivas, nem pensadas subjetivamente, mas instintivas, a inconsciência coletiva trazida à tona de modo violento pela força do mito. Contrapondo-se à suposição de que a história possuiria um movimento quase automático em direção ao socialismo, e que a este se chegaria sem grandes sobressaltos, Sorel põe em primeiro plano a ação espontânea do proletariado, a crença no mito, sem a qual a mudança revolucionária não seria conquistada.

O mito, embora considerado por Sorel apenas enquanto tal, adquiriria concretude cotidiana por motivar a ação revolucionária do presente na forma da greve geral. Sorel não se preocupa com o modo pelo qual a greve geral poderia ser levada a cabo. O que importa é que ela seja uma esperança permanente no imaginário da classe trabalhadora, gerando atitudes concretas por parte do proletariado combativo. Essa é a ideia do mito (a greve geral) gerando a ação revolucionária. Seria uma elaboração imagética de forças latentes, inconscientes, presentes na insatisfação geral do proletariado e canalizadas pela violência da ação revolucionária. Vejamos a definição de mito segundo o próprio Sorel:

[...] Os homens que participam dos grandes movimentos sociais representam sua ação imediata sob a forma de imagens de batalhas que asseguram o triunfo de sua causa. Propus chamar de mitos essas construções [...]: a greve geral dos sindicalistas e a revolução catastrófica de Marx são mitos. [...] É preciso tomá-los em bloco como forças históricas e, sobretudo, não comparar os fatos consumados com as representações aceitas antes da ação (SOREL, 1992, p. 41).

E ainda:

Pode-se falar indefinidamente de revoltas sem provocar jamais um movimento revolucionário, enquanto não houver mitos aceitos pelas massas. [...] (Os mitos) não são descrições de coisas, mas expressões de vontades. [...] Um mito não poderia ser refutado, pois no fundo é idêntico às convicções de um grupo, é a expressão dessas convicções em linguagem de movimento, sendo portanto indecomponível em partes que possam ser aplicadas num plano de descrições históricas (Idem, p. 49-50).

Sorel toma o mito como uma crença religiosa na revolução, mas uma crença que impele à ação e não à contemplação de um suposto devir inexorável. O autor acredita na capacidade do sindicalismo revolucionário em desenvolver uma nova cultura no seio do proletariado, fruto da aprendizagem advinda das lutas contra o Estado e os patrões. Assim, a nova moral dos produtores não seria fundada numa educação estética transmitida pela burguesia, mas nos sentimentos que as lutas travadas pelos trabalhadores contra seus patrões desenvolveriam nesses trabalhadores, sendo o esteio da edificação de uma nova concepção de mundo (Idem, p. 55).

Como já apontado anteriormente, Sorel despreza o socialismo parlamentar e a participação dos socialistas no sistema eleitoral. Usa a todo o momento a metáfora da guerra para descrever a luta de classes, mas considera tal guerra quase literalmente, como a prática de ações diretas violentas, sem considerar válidas as disputas parlamentares. Violência que o autor distingue da noção de força. Segundo ele, a força seria o instrumento típico da imposição de uma ordem social regida por uma minoria sobre a maioria. A ação do Estado por excelência. Já a violência seria o meio de destruição dessa ordem, a arma das classes subalternas contra a opressão daquela minoria (SOREL, 1992, p.195).

Com relação à força, em determinada passagem Sorel faz uma análise que é bastante próxima da visão gramsciana de coerção, sendo a força um elemento presente não apenas por meio da brutalidade física, mas também do direito:

O socialismo considera essa evolução (do Direito, da Economia e do Estado) como sendo uma história da força burguesa e não vê mais que modalidades onde os economistas crêem descobrir heterogeneidades: quer a força se apresente sob o aspecto de atos históricos de coerção, ou de opressão fiscal, ou de conquista, ou de legislação do trabalho, quer esteja completamente envolvida na economia, trata-se sempre da força burguesa agindo, com maior ou menor habilidade, para produzir a ordem capitalista (SOREL, 1992, p.198).

À força, portanto, Sorel opõe a violência. Segundo ele, não se deve condenar a violência física de maneira absoluta, pois sua existência e também seu julgamento moral dependem das condições materiais históricas, mais especificamente do desenvolvimento econômico de cada sociedade. Com relação a delitos criminosos, que ocorreriam de acordo com os interesses mesquinhos dos homens, são cometidos mais por violência

física quanto menos economicamente desenvolvida for uma sociedade, e mais por meio da astúcia e da corrupção quanto maior for tal desenvolvimento. Mas como impelir os homens à ação violenta de classe, em que interesses coletivos estão acima dos interesses individuais mesquinhos? Sorel apela aqui para o que chama de “sentimento do sublime”. Segundo ele, a luta na qual o proletariado se engaja só pode terminar de duas formas: seu triunfo completo ou sua escravidão, ambos os casos envolvendo todo o conjunto dos trabalhadores. Em tais circunstâncias, de acordo com o autor, o sentimento do sublime (a abnegação altruísta) brotaria naturalmente das condições da luta (SOREL, 1992, p. 238).

A participação do proletariado no processo parlamentar ou eleitoral seria completamente nociva para os objetivos do sindicalismo revolucionário. O desenvolvimento do capitalismo não é possível sem a corrupção e os delitos movidos pela astúcia. O envolvimento do movimento dos trabalhadores com a política parlamentar seria o envolvimento com a pequenez moral e a astúcia. O papel da violência proletária seria forjar nos trabalhadores valores morais elevados, o “sentimento do sublime”, uma espécie de reforma moral levada a cabo no espírito do proletariado por meio da guerra contra o capitalismo, por meio da prática de luta. O revolucionário francês demonstra preocupação constante com a criação de um “direito proletário” que opõe ao jacobinismo. Este se configuraria como a ditadura de uma minoria que se arrogaria a liderança dos trabalhadores e cuja desconsideração à criação de nova condição jurídica conduziria aos excessos de terror e ao autoritarismo. Como se pode ler acima, Sorel considera, numa interpretação flagrantemente equivocada que ignoraria o próprio jacobinismo do partido bolchevique, que os soviets se inspirariam mais na obra de Proudhon que em alguma escola socialista marxista.

O pensamento soreliano ainda sofreria uma indevida aproximação com as teses fascistas antes de sair de moda no debate intelectual, sobre o que nos cabe aqui algumas observações. Gramsci é de opinião de que tal interpretação de Sorel só se faria possível mediante a “distorção” de seu pensamento.³ Charzat (1983) desenvolve argumentação

³ Trata-se da seguinte passagem: “É de se notar que, embora Sorel possa ser empregado para justificar as mais disparatadas posições práticas devido à variedade e incoerência de seus pontos de vista, é inegável nele um ponto fundamental e constante, o seu radical ‘liberalismo’ (ou teoria da espontaneidade), que impede qualquer consequência conservadora de suas opiniões. (...) O ponto obscuro de Sorel é seu antijacobinismo e seu economicismo puro, e esse (...) é o único elemento de sua doutrina que pode ser distorcido para dar lugar a interpretações conservadoras” (Q17, §20, p.1923, B).

convincente demonstrando a impossibilidade teórica de se buscar em Sorel fundamentos do fascismo. Para Sand (1985, p.15), seria fácil demonstrar, na obra de Sorel, os elementos que, se não no conteúdo, pelo menos em sua forma de exposição, suscitariam às vezes reminiscências com a terminologia fascista ulterior: o desprezo com relação ao socialismo parlamentar e os partidos que o encarnariam, o desgosto pela democracia parlamentar moderna, a crítica do intelectualismo e do racionalismo, a exaltação do ativismo heroico, etc. Todavia, transformar Sorel em fascista seria chocar-se, segundo Sand, com dificuldades incontornáveis. Sorel, na condição de pensador antitotalitário e antifascista teria sempre desprezado os socialistas revolucionários que teriam como seu único horizonte a conquista do poder do Estado. Sorel não sentiria admiração pelo sistema parlamentar, mas, em face da agonia deste regime já vazio de substância, a solução por ele preconizada consistiria numa estrutura política descentralizada onde seria exercida a hegemonia da classe operária autônoma ou, em sua ausência, um sistema fortemente marcado por um federalismo que permitisse a organização futura do regime desejado. Nada seria mais repugnante para Sorel do que um movimento político revolucionário sob a hegemonia da “pequena burguesia”, como para ele teriam sido o bonapartismo e os movimentos dos dreyfusards e antidreyfusards (*Idem*, p.20-21). Atualmente, o sindicalismo revolucionário ainda sobrevive em pequenas expressões do movimento trabalhista francês.⁴ Quanto aos escritos de Sorel e sobre sua obra, encontram-se hoje, na maior parte, aos cuidados do Instituto de Estudos Sorelianos de Paris.

Referências bibliográficas

CHARZAT, Michel. Georges Sorel et le fascisme. Éléments d'explication d'une légende tenace. In **Mil neuf cent**, 1983, v.1, n.1, p.37-51.

CROCE, Benedetto. **Materialismo histórico e economia marxista**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

DE PAOLA, Gregorio. Georges Sorel, da metafísica ao mito. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo**: o marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte). São Paulo: Paz e Terra, 1986. v. 4, p. 51-83.

FETSCHER, Iring. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSAWN, **História do marxismo**, vol. II, O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira Parte), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴ Veja-se o jornal "Combate Sindicalista" (disponível em formato pdf), da Confederação Nacional do Trabalho, organização sindical francesa: <http://www.cnt-f.org/>

- FURIOZZI, Gian Biagio. **Sorel e l'Italia**. Messina: G. D'Anna, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana, 4vol. Turim: Giulio Einaudi, 2001.
- GUSTAFSSON, Bo. **Marxismo y revisionismo**: la critica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas. Barcelona: Grijalbo, 1975.
- ROTH, Jack J. **The cult of violence**: Sorel and the sorelians. Berkeley: Un. of California, 1980.
- SALVATECCI, Hugo G. **Sorel y Mariategui**. Lima: Delgado Valenzuela editora, 1980.
- SAND, Shlomo. **L'illusion du politique**: Georges Sorel et le débat intellectuel 1900. Paris: La Découverte, 1985.
- SOREL, Georges. **Democrazia e rivoluzione**. Roma: Editori Riuniti, 1975.
- SOREL, Georges. **La décomposition du marxisme**. Paris: Puf, 1982.
- SOREL, Georges. **Matériaux d'une théorie du prolétariat**. Paris: Slatkine, 1981.
- SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SOREL, Georges. **Sindicalismo revolucionário**. Madrid: Júcar, 1978.
- WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo**: o marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte). São Paulo: Paz e Terra, 1982. v.2, p. 223-255.